

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Master deu crédito suspeito a empresas com conexão com Reag.....3

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lobista orientou entrega "discreta" de propina a superintendente do INSS.....5

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Após questionamentos, governo exonera diretor.....6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Benefícios do INSS acima do salário mínimo são reajustados em 3,9%.....7

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Tesouro estima perda de R\$ 147 bi na arrecadação.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência avalia impacto de nova regra de RPPS.....9

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula sanciona hoje lei que finaliza regulamentação da Reforma Tributária.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Tesouro piora projeção para dívida pública.....11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado reduz estimativa de inflação para este ano.....13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Bancos centrais enfrentam ataque - MÍRIAM LEITÃO.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Atacado puxa aceleração da 1 prévia do IGP-M no ano.....16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Powell escancara luta pela independência do Fed (Editorial).....17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Demora do FGC em ressarcir os investidores de CDBs do Master causa perdas.....19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ex-Fed condenam ofensiva de Trump.....21

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Polarização e dívida alta: o que Brasil e EUA têm em comum.....22

Terça-Feira, 13 de Janeiro de 2026

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF agenda julgamentos tributários bilionários23

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ano marca o início de uma nova fase nos impostos24

Master deu crédito suspeito a empresas com conexão com Reag

Alex Ribeiro, Gabriel Shinohara, Guilherme Pimenta, Estevão Taiar, Álvaro Campos, Felipe Laurence e Talita Moreira De São Paulo e Brasília

Sete das 36 empresas que tomaram R\$ 11,5 bilhões em empréstimos supostamente fraudulentos para desviar recursos do Banco Master têm na sua estrutura de controle fundos que eram administrados até recentemente pela Reag, acusada de lavagem e ocultação de dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC).

O Valor obteve com exclusividade a relação de todas as empresas que fizeram operações de crédito suspeitas de crime no Master, segundo comunicação do Banco Central ao Ministério Público, e fez o cruzamento das informações com base de dados públicos.

No levantamento, aparece em comum o nome do diretor da Reag Ramon Pessoa Dantas como responsável legal ou administrador nos registros de CNPJ da **Receita Federal**. Dantas é um dos nomes citados na operação Carbono Oculto, que desvendou práticas supostamente criminosas no setor de combustível, com o trânsito de dinheiro por fundos de investimento administrados pela Reag. Parte das empresas que consta da lista tem como único acionista fundos que eram administrados pela Reag até agosto do ano passado.

A apuração do Valor mostra uma ligação entre as duas pontas do suposto esquema de desvio de recursos do Master, com a atuação de um mesmo grupo tanto na contratação dos empréstimos quanto na posterior lavagem de dinheiro por meio de fundos.

As informações compõem o conjunto de elementos que desafiam a versão de que o Master, controlado por Daniel Vorcaro, teria concedido empréstimos legítimos a empresa selecionadas - que já vinha sendo colocada em xeque porque o destino final dos recursos desviados são supostos laranjas do banco, segundo o rastreamento dessas operações feito pelos fiscais do BC.

A relação entregue pelo Banco Central inclui empresas que tomaram centenas de milhões de reais mesmo tendo um capital diminuto. É o caso da Bloko Urbanismo Ltda, cujo capital informado à Receita é de

meros R\$ 5.000,00.

Essa empresa, segundo a comunicação de suspeitas de crimes do BC, fez aportes de R\$ 266,29 milhões no fundo D Mais e de outros R\$ 259,76 milhões no Bravo, ambos administrados pela Reag, depois de tomar empréstimos dessa magnitude no Banco Master.

Essa empresa tem como investidor outro fundo que era administrado pela própria Reag, o Bloko Urbanismo FIP. Nos registros da **Receita Federal**, Dantas aparece como representante legal do fundo, que era o único acionista da empresa. Esse fundo, até agosto do ano passado, era administrado pela Reag, conforme registro na Comissão de Valores Mobiliários. Naquele mês, a Reag foi substituída pela Qore DTVM.

O grupo de controle da Bloko Urbanismo ilustra bem o padrão identificado no levantamento de registros públicos. O administrador da empresa é Valclecio Cícero da Silva, que, segundo registro na Junta Comercial, tem como endereço o Parque Bristol, bairro de perfil popular na zona sul de São Paulo, o que destoa do porte financeiro da operação investigada.

Os supostos desvios por meio de empréstimos da Bloko Urbanismo seguem o mesmo padrão de outra operação rastreada pelo BC, da Brain Realty. O dinheiro dos empréstimos transita por alguns fundos e, numa das etapas, compra um ativo podre, como as cédulas do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc).

É nessa etapa que, segundo a comunicação do BC, o desvio de recursos era concretizado. Depois da subtração dos recursos, o dinheiro transita por uma outra cadeia de fundos na própria Reag, até chegar a laranjas do esquema.

A análise das informações públicas constata que, em pelo menos parte das empresas relacionadas pelo BC, o mesmo grupo controla as duas movimentações.

É o que acontece na Calisto Empreendimentos e Participações, que tem como acionista outro fundo que também era administrado pela Reag, o Benelli FIP. Essa empresa tem capital social de apenas R\$ 1 mil, segundo os registros na Receita. Tomou empréstimos do Master e, em seguida, fez um aporte de R\$ 373 milhões no fundo D mais e de R\$ 368,8 no fundo

Bravo, ambos administrados pela Reag.

Nos registros do CNPJ, Dantas, da Reag, aparece como representante legal e procurador da Calisto. Já Silva reaparece como administrador, ou seja, como quem responde pela empresa. Um detalhe curioso é que, nas informações de contato na Receita, a Calisto apresenta um e-mail com o domínio da Bloko Investimentos.

Entre as empresas que tomaram empréstimos, há uma com nome parecido, a Bloko CP S/A. Nesse caso, o capital social é ainda menor, de R\$ 150. O sócio administrador dessa empresa é César Reginado Ligeiro, e sua movimentação somou R\$ 266 milhões no D Mais e R\$ 260 milhões na Bravo, administrado pela Reag.

Embora Dantas, da Reag, não apareça diretamente nessa empresa, há uma conexão de Ligeiro com ele na documentação de outra companhia que tomou empréstimos no Banco Master. O e-mail de Cesar aparece no contato da CRL SPE I Empreendimentos e Participações.

Com capital de R\$ 1 mil, ela tomou empréstimos no Master e, na sequência, aportou R\$ 345 milhões no fundo D Mais e R\$ 343 milhões no fundo Bravo.

Nessa empresa CRL SPE, o mesmo padrão de controle, com uma pequena variação. Silva é administrador e Dantas também. Como sócio, aparece o RAM FIP.

Da relação entregue pelo BC que contraiu empréstimos, Dantas também aparece como administrador da Malibu, ao lado de Higino Brito Vieira, e o acionista é o Gekko FIP. Essa empresa tem capital de R\$ 160 mil, e movimentou R\$ 97 milhões no fundo D Mais e 100 milhões no Bravo depois de tomar empréstimos no Master.

Outra empresa é a FDC Empreendimentos, como representante do investidor do Iduna FIP. Essa é a que tem o maior capital social entre todas, com R\$ 25 milhões, mas mesmo assim o dinheiro movimentado no D Mais - R\$ 449 milhões - significa uma alta alavancagem.

Por fim, consta da lista a R2 Holding, em cujos registros Dantas aparece como administrador, representando o fundo Caldas FIP. Essa empresa tem capital social de R\$ 4,8 milhões e movimentou R\$ 78 milhões no fundo D Mais e R\$ 78 milhões no fundo Bravo, ambos da Reag, após tomar empréstimos no Master.

A Bloko disse que recebeu "com estranhamento a

notícia de que a Bloko está citada em investigações por fraudes no mercado de capitais ligadas ao Banco Master".

"A Bloko é uma empresa que atua no loteamento imobiliário, conta com 29 (vinte e nove) projetos distribuídos nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Amapá e já entregou 20.251 (vinte mil duzentos e cinquenta e um) lotes a seus clientes", disse em nota. "As captações de recursos da empresa são operações habituais no setor imobiliário e utilizadas de acordo com o avanço das obras", afirmou. Segundo a empresa, "o capital ainda não disponibilizado nos loteamentos é alocado em fundos diversos, a critério do investidor, até sua utilização nos projetos".

A companhia disse que atua exclusivamente no ramo imobiliário, não tendo qualquer relação com administração e gestão de fundos, ou de atividades privativas do mercado financeiro. "Reforçamos que a conduta da Bloko sempre se pautou pela boa-fé e estrito cumprimento de seus deveres legais e contratuais, em acordo com a legislação vigente."

A Malibu não havia respondido aos questionamentos do Valor até o fechamento desta edição. A reportagem procurou a Reag e Dantas para obter esclarecimentos sobre a R2, Calisto e FDC, mas a assessoria de imprensa da empresa disse que não fariam comentários. O Valor não conseguiu localizar Valdecleio Cícero da Silva. A defesa de Vercaro disse que a alegação de concessão de empréstimos simulados é falsa e não encontra respaldo na realidade.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Lobista orientou entrega "discreta" de propina a superintendente do INSS

AGUIRRE TALENTO BRASÍLIA

Os diálogos extraídos pela Polícia Federal do celular do empresário e lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do **INSS**, mostram, segundo a investigação, que ele orientou funcionários sobre a entrega "discreta" de dinheiro para dirigentes do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

De acordo com a PF, uma das conversas envolvia entregas de propina para o então superintendente do **INSS** no Nordeste, Marcos de Brito Campos Júnior, que foi alvo da última fase da Operação Sem Desconto, em dezembro. Por determinação judicial, Marcos de Brito passou a usar tornozeleira eletrônica. Ele ocupava atualmente o cargo de diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit) e foi mantido no posto mesmo após ter sido alvo da operação.

Na última sexta-feira, após o Estadão enviar a Marcos de Brito questionamentos sobre as suspeitas de entrega de dinheiro vivo e sua permanência no Dnit, ele foi exonerado da autarquia federal. A exoneração foi publicada em edição extra do Diário Oficial, assinada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (mais informações nesta página).

Procurados, o Ministério dos Transportes e o Dnit não responderam.

"MODESTO PATRIMÔNIO". A defesa de Marcos de Brito rebateu as acusações da PF, negou que ele tenha recebido dinheiro do esquema de desvios de aposentadorias e afirmou que ele possui um "modesto patrimônio" compatível com suas receitas. Em resposta aos questionamentos, Marcos Brito também disse que colocou seu cargo à disposição do Dnit para adotar as medidas que considerar pertinentes - o que acabou resultando na sua exoneração.

"O Dr. Marcos de Brito Campos Jr. possui modesto patrimônio, todo ele compatível com as suas receitas, estando inteiramente regular com suas obrigações civis e fiscais, como inexoravelmente será demonstrado perante o Judiciário ou a qualquer outra autoridade incumbida de investigar o assunto", afirmou, em nota, o advogado Flávio Henrique Santos (mais informações nesta página).

Procurada, a defesa do Careca do **INSS** afirmou que não iria se manifestar sobre os trechos porque não teve acesso à íntegra da extração do telefone celular dele até o momento, nem teve resposta do STF a pedidos feitos sobre averbação de bens e liberação de valores para pagamentos de dívidas trabalhistas.

"EVITAR DESCONFORTO". Em 10 de agosto de 2023, o Careca do **INSS** pediu que Rubens Costa, um dos seus funcionários, organizasse a entrega de R\$ 20 mil para Marcos de Brito.

"Bom dia. Estou em voo. Preciso de uma gentileza no modo sigiloso. O Marcos de Brito irá pegar com vc uma quantia de 20 mil reais", escreveu por mensagem de WhatsApp. Rubens lhe pergunta se o dinheiro estava dentro do cofre. "Pegue no cofre e já deixe preparado para dar a discrição que a situação exige", orientou o Careca do **INSS**.

Pouco depois, ele reforçou a orientação: "Coloque de maneira discreta em um envelope ou recipiente que não deixe transparecer o que é! Evitar o desconforto para ele!".

A PF também identificou no celular do lobista diálogos sobre entrega de dinheiro vivo a um assessor parlamentar do senador Weverton Rocha (PDTMA).

O senador classificou as suspeitas envolvendo seu nome como "descabidas".

Essas informações foram encaminhadas ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, relator do caso. O Careca do **INSS** está preso desde setembro, sob suspeita de comandar um esquema de descontos indevidos em aposentadorias do **INSS** e pagamento de propina a funcionários públicos. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Após questionamentos, governo exonera diretor

AGUIRRE TALENTO BRASÍLIA

O governo federal exonerou na noite da última sexta-feira o diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit), Marcos de Brito Campos Júnior, quase um mês depois de ele ter sido alvo da Polícia Federal em mais uma fase da operação que apura desvios e corrupção no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A exoneração foi oficializada no mesmo dia em que o Estadão enviou questionamentos a Marcos de Brito e ao Dnit sobre diálogos obtidos pela Polícia Federal que indicam pagamentos de propina em dinheiro vivo a ele, no período em que era superintendente do **INSS** no Nordeste.

As perguntas foram enviadas às 10h45 da sexta-feira. O governo publicou uma edição extra do Diário Oficial às 21h15 do mesmo dia oficializando a exoneração de Marcos Brito.

O decreto foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB).

Ao responder aos questionamentos também na sexta, às 17h12, a defesa de Marcos de Brito disse que ele havia decidido colocar o seu cargo à disposição do Dnit. Sua demissão, no entanto, não havia sido formalizada.

A PF informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que localizou diálogos sobre entregas de propina em dinheiro vivo para Marcos de Brito Campos Júnior. Por isso, em 18 de dezembro, ele foi alvo de busca e apreensão e passou a usar tornozeleira eletrônica.

Na penúltima fase da Operação Sem Desconto, a PF prendeu o ex-presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, investigado por suspeita de ter permitido os desvios sob sua gestão.

Ele assumiu o instituto em julho de 2023, no governo atual do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Benefícios do INSS acima do salário mínimo são reajustados em 3,9%

BERNARDO LIMA

Os segurados do **INSS** que recebem acima do salário mínimo terão os benefícios reajustados em 3,9%, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado na última sexta-feira. Com isso, o teto dos benefícios pagos pelo **INSS** passa a ser de R\$ 8.475,55 (antes era de R\$ 8.157,41). Os valores foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) ontem e a partir de 1º de janeiro.

Hoje são pagos mais de 12,2 milhões de benefícios acima do piso nacional que, a partir de agora, passa a ser de R\$ 1.621. De acordo com o calendário de pagamento do **INSS**, esses segurados começarão a receber o benefício corrigido a partir de 3 de fevereiro.

As faixas de contribuição ao **INSS** dos empregados, domésticos e trabalhadores avulsos também foram atualizadas. As alíquotas serão de 7,5% para aqueles que ganham até R\$ 1.621; de 9% para quem ganha entre R\$ 1.621,01 e R\$ 2.902,84; de 12% para os que ganham entre R\$ 2.902,85 e R\$ 4.354,27; e de 14% para quem ganha de R\$ 4.354,28 a R\$ 8.475,55.

Essas alíquotas, relativas a janeiro, deverão ser recolhidas apenas em fevereiro. O piso dos benefícios do **INSS** será de R\$ 1.621. Esse também é o valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a idosos e a pessoas com deficiência de baixa renda.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tesouro estima perda de R\$ 147 bi na arrecadação

O Tesouro Nacional estima que o fluxo de arrecadação acumulada, em valores correntes, de PIS/Cofins teve perda de R\$ 147 bilhões no período de 2019 a 2024. A trajetória recente da arrecadação de receitas tributárias do PIS/ Pasep e da Cofins, que representaram cerca de 4% do **PIB** e 17,6% das receitas primárias em 2024, foi apresentada na 7ª Edição do Relatório de Projeções Fiscais do Tesouro, divulgada ontem.

No documento, o Tesouro considerou que, dada a sua magnitude, essas receitas são "fontes de recursos essenciais para o financiamento de programas da **seguridade social**, como seguro-desemprego, abono salarial, saúde pública e **previdência social**. Ao mesmo tempo, são instrumentos de política fiscal fundamentais para a administração da carga tributária e têm sido instrumentos de estímulo a vários setores econômicos".

O PIS/Pasep e a Cofins incidem sobre o faturamento das pessoas jurídicas, a importação e a folha de pagamento, com suas alíquotas variando de acordo com o regime de apuração (cumulativo e não cumulativo).

Apesar da diversificação da base de incidência, o Tesouro pontuou que foi observada tendência de redução de sua arrecadação nos últimos anos. Em 2004, a arrecadação líquida do PIS/Cofins representou 5,03% do **PIB**, montante que contrasta com o patamar de 20 anos depois, quando representou 4,01% do **PIB** registrado em 2024.

O valor mínimo no período ocorreu em 2023, quando o PIS/Cofins correspondeu a 3,45% do **PIB**, desempenho esse influenciado pela desoneração dos combustíveis. Enquanto para a Cofins essa queda tem se mostrado mais evidente a partir de 2005, no caso do PIS/ Pasep esse movimento decrescente se torna mais destacado a partir de 2011.

Segundo o órgão do Ministério da Fazenda, o comportamento declinante dos **tributos** ocorreu mesmo com a expansão da economia brasileira decorrente do boom de commodities da primeira década do século XXI.

O marco inicial desse processo se vincula com a estruturação normativa dos regimes cumulativo e não

cumulativo em 2003, que envolveu uma série de benefícios tributários. Logo em seguida, o ano de 2006 foi marcado pela criação do Simples Nacional, como regime aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, ensejando mais benefícios tributários por meio das reduções de alíquotas ou isenções de PIS/Cofins.

No mesmo ano, também foram aprovadas novas desonerações, com destaque para as relativas aos insumos e comercialização de produtos da cesta básica.

Entre 2011 e 2013, houve nova elevação de subsídios, decorrente do aumento da faixa de inclusão do Simples Nacional, que aumentou o limite de elegibilidade de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões de faturamento.

Adicionalmente, foi reduzida a zero uma série de alíquotas do PIS/Cofins relacionadas a itens da cesta básica naquele ano.

Já em 2021 houve crescimento dos subsídios tributários, decorrente da desoneração sobre os combustíveis, e sua posterior recomposição em 2024.

"O motivo da redução da arrecadação líquida observada se encontra na aprovação de subsídios ao longo do período estudado.

Ou seja, caso não houvesse tais aprovações, a arrecadação provavelmente teria se mantido estável em porcentual do **PIB**", sustentou o Tesouro.

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

Previdência avalia impacto de nova regra de RPPS

Edna Simão

Após fundos de previdência de Estados e municípios terem feitos investimentos em títulos do Banco Master, a Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC), do Ministério da **Previdência Social**, decidiu criar um grupo de trabalho para estudar os impactos que as novas diretrizes de investimentos aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) trarão para esses fundos e se há necessidade de aperfeiçoamentos dos parâmetros de gestão de investimentos estabelecidos em portaria do ministério. O grupo de trabalho terá duração de seis meses, podendo ser prorrogado por mais seis.

Segundo o Ministério da Previdência, em novembro do ano passado, os regimes próprios de previdência de 18 Estados e municípios tinham ao menos R\$ 1,9 bilhão investido em letras financeiras, títulos sem cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), emitidas pelo Banco Master. Os dados consideram aportes feitos entre outubro de 2023 e dezembro de 2024.

O Ministério da Previdência explicou que pela lei 9.717/98, que rege o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência (RPPS) dos **servidores públicos**, os Estados e municípios são responsáveis diretos por garantir o pagamento das aposentadorias e pensões de seus servidores caso os recursos acumulado pelos regimes próprios sejam insuficientes.

"Isso não significa que os entes tenham que repor de imediato o eventual prejuízo por esses investimentos. Porém, se no futuro faltarem recursos para pagar as aposentadorias e pensões, quem arca são os entes", explicou um técnico do governo ao Valor.

Em dezembro, o CMN aprovou novas diretrizes para investimentos pelos RPPS. Os ajustes tinham como objetivo aperfeiçoar a governança e os controles de aplicação dos recursos dos fundos de previdência desse regime.

O grupo de trabalho, criado por meio de portaria publicada nesta segunda-feira no Diário Oficial da União, observará a composição paritária entre os órgãos de fiscalização e controle e os RPPS. Será composto por representantes da Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC); da Associação dos

Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon); e de RPPS que compõe o Conselho Nacional de Dirigentes dos Regimes Próprios de Social (Conaprev) e Conselho Nacional dos Regimes Próprios de **Previdência Social** (CNRPPS).

Além disso, também participarão do grupo membros da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (Abipem) e da Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios (Aneprem).

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Lula sanciona hoje lei que finaliza regulamentação da Reforma Tributária

Por O Globo - Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona nesta terça-feira o projeto de lei que finaliza a regulamentação da **Reforma Tributária**. Ele também lança a plataforma digital que irá consolidar a arrecadação dos novos **tributos**.

O texto que será sancionado trata de temas como o comitê que será responsável por gerir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será criado com a reforma. A proposta também estabelece normas gerais para **tributos** como ITCMD, ITBI e a contribuição de iluminação pública (Cosimp).

O comitê gestor terá a atribuição de arrecadar, compensar e distribuir o IBS, além de uniformizar a aplicação da lei e centralizar as obrigações acessórias. Sua estrutura prevê independência técnica e orçamentária, alternância na presidência entre representantes de estados e municípios e participação mínima de 30% de mulheres na diretoria executiva.

O órgão será formado por um Conselho Superior, Secretaria-Geral, corregedoria, auditoria interna e uma diretoria executiva com nove áreas, como Fiscalização, Tributação e Tesouraria.

Serão 54 membros no total: metade indicada pelos governadores e a outra metade representando os municípios, com mandatos de quatro anos. Durante a tramitação, foi fechado acordo para dividir, de forma transitória, as 27 cadeiras municipais entre a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), com 13 vagas, e a Confederação Nacional de Municípios (CNM), com 14.

Reuniões trimestrais

A partir de 2026, a escolha será feita por eleições. As reuniões serão trimestrais, com possibilidade de convocações extraordinárias, e as decisões exigirão maioria absoluta dos representantes, apoio de estados que somem mais da metade da população do país e o aval da maioria dos representantes municipais.

Outro ponto central trata do aproveitamento de créditos de ICMS acumulados até 31 de dezembro de 2032, que poderão ser usados para compensar débitos futuros no IBS ou devolvidos de forma

parcelada.

No caso dos serviços financeiros - operações de crédito, câmbio e seguros -, foi fixado um regime de tributação específico, com alíquota inicial de 10,85% em 2027, chegando a 12,5% em 2033.

Durante a transição, onde ainda houver cobrança de ISS, imposto sobre serviços que atualmente é cobrado por prefeituras, haverá redução proporcional.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/01/13/lula-sanciona-hoje-lei-que-finaliza-regulamentacao-da-reforma-tributaria.ghtml>

Tesouro piora projeção para dívida pública

Giordanna Neves De Brasília

O Tesouro Nacional revisou para pior as suas projeções para a trajetória da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**) e passou a estimar uma aceleração mais intensa do endividamento público a partir de 2027. Segundo o órgão, o indicador alcança pico de 88,6% do **PIB** em 2032, mas, a partir de 2029, passa a seguir trajetória próxima da estabilidade, encerrando 2035 em 88% do **PIB**. As projeções constam da sétima edição do Relatório de Projeções Fiscais, divulgado nesta segunda-feira (12).

Segundo o Tesouro, a relação DBGG/**PIB** atingirá 83,6% em 2026, acima dos 82,3% projetados no relatório de julho. Em 2027, a diferença se amplia: a dívida sobe para 86,1% do **PIB** na projeção de dezembro, ante 83,9% na estimativa anterior. Em 2028, a DBGG chega a 87,4% do **PIB**, enquanto o relatório de julho apontava 84,3%.

Já em 2029, a dívida alcança 88% do **PIB**, frente a 84,1% na projeção anterior, e segue aumentando até 2032, quando atinge 88,6%, contra cerca de 83,7% no relatório de julho. A partir daí, as projeções de dezembro indicam estabilidade em patamar elevado, com a DBGG encerrando 2035 em 88% do **PIB**, enquanto o relatório de julho previa dívida recuando para 82,9% do **PIB** no fim do horizonte.

A piora na trajetória da DBGG/**PIB**, segundo o Tesouro, decorre não apenas da mudança na grade de parâmetros macroeconômicos - que passou a incorporar, em média, juros mais elevados e menor crescimento nominal do **PIB** -, mas sobretudo um resultado primário menos superavitário em relação ao relatório anterior.

Essa deterioração fiscal, segundo o órgão, é reflexo dos efeitos da Emenda Constitucional no 136, aprovada no ano passado, que retirou os gastos com sentenças judiciais do limite de despesas e definiu uma regra de transição para sua volta à meta fiscal. Pela emenda, precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) serão reincorporados gradualmente ao cálculo do resultado primário, em percentual adicional mínimo de 10% ao ano na comparação com o montante do exercício anterior.

Ao Valor Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), apontou que as projeções do Tesouro parecem relativamente otimistas e

sustentadas por parâmetros bem mais otimistas que os considerados pelo mercado e pela própria IFI.

"Comparando com as projeções mais recentes da IFI, que consideram que a DBGG em proporção do **PIB** não estabiliza no horizonte até 2025, as estimativas do Tesouro indicam estabilização da dívida bruta a partir do início da próxima década. Houve uma revisão importante em relação ao último relatório de projeções fiscais, mas ainda assim as premissas parecem otimistas", aponta.

Alguns fatores, segundo ele, explicam essa discrepância. Por exemplo, o Tesouro projeta trajetória mais favorável para o resultado primário do setor público, com superávits a partir de 2028 que se ampliam até 2035, enquanto a IFI estima déficits primários persistentes ao longo de todo o período, com o déficit piorando e se estabilizando ao redor de 2% do **PIB**.

Essa diferença decorre, principalmente, de hipóteses distintas para receitas e despesas. Por exemplo, o Tesouro trabalha com uma receita primária líquida do governo central estável em 19% do **PIB**, ao passo que a IFI projeta queda gradual até 18% do **PIB**; já no lado das despesas, o Tesouro prevê redução ao longo do tempo, enquanto a IFI estima crescimento gradual, com estabilização próxima de 20% do **PIB**.

Além disso, há divergência nas projeções para a despesa com juros, que no cenário do Tesouro recua mais rapidamente, atingindo 6,3% do **PIB** em 2030, enquanto a IFI projeta queda mais lenta, convergindo para 6,5% do **PIB**.

O economista Marcos Mendes afirma que a trajetória do Tesouro prevista no chamado "cenário de referência" é mais benigna, já que supõe que o governo será capaz de aumentar receitas para atingir o centro da meta resultado primário. "Mesmo assim, a trajetória piora relatório após relatório. Há uma clara deterioração das expectativas mesmo no cenário mais favorável e otimista", afirma.

Segundo Mendes, quando analisa o chamado "cenário inicial" do órgão, a trajetória é muito pior e a dívida só cresce, sem se estabilizar no longo prazo. "E piora ainda mais quando são substituídos os parâmetros fixados pelo Ministério da Fazenda pela mediana do [mercado coletadas pelo Boletim] Focus", acrescenta. Entre esses parâmetros, estão desempenhos do **PIB** e da inflação.

No cenário inicial, mais conservador, o Tesouro projeta trajetória contínua de alta da dívida, chegando a 95,4% em 2035, sem incorporar medidas recentes, como corte de benefícios fiscais.

No documento, o Tesouro projeta que, em 2027, R\$ 96,1 bilhões em sentenças judiciais (precatórios e RPVs) não serão contabilizados na meta de primário.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260113/>

Mercado reduz estimativa de inflação para este ano

I MARIANNA GUALTER

A mediana do relatório Focus para o IPCA de 2026 oscilou de 4,06% para 4,05%. A taxa está 0,45 ponto percentual abaixo do teto da meta, de 4,50%. Há um mês, era de 4,10%. Considerando apenas as 56 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a medida subiu ligeiramente, de 3,99% para 4%.

O IPCA encerrou 2025 com alta acumulada de 4,26%, conforme divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na última sexta-feira.

O resultado ficou abaixo da última mediana do Focus, que previa alta de 4,31%, e da estimativa do Banco Central para o período, de alta de 4,4%.

Conforme trajetória divulgada no **comunicado** da reunião de dezembro do Comitê de Política Monetária (Copom), o BC prevê que o IPCA irá encerrar 2026 com alta de 3,5% e espera que a **inflação** em 12 meses chegue a 3,2% no horizonte relevante, no segundo trimestre de 2027.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bancos centrais enfrentam ataque - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

OFed sob um ataque tão direto e diante de uma tentativa de intimidação tão explícita não é apenas algo que nunca se viu. É que não se pensava que pudesse acontecer. A reação foi imediata, e quem deu o tom foi o próprio Jerome Powell. Normalmente comedido diante das grosserias de Donald Trump, o presidente da instituição não mediu palavras. Através de comunicados, expresidentes do banco central americano, de ex-secretários do Tesouro e de bancos centrais de vários países apoiaram Powell. Todo mundo sabe o custo para a sociedade de tirar a credibilidade do banco central. Todo mundo, menos Trump.

Parece uma temporada de ataques a bancos centrais. Aqui, o BC foi visitado ontem pelo presidente do Tribunal de Contas da União, o ministro Vital do Rêgo, o relator do processo do Banco Master, Jhonatan de Jesus, e técnicos do TCU. O que ficou acertado é que será feita uma auditoria normal, não o que estava nas primeiras decisões do ministro Jhonatan, que chegou a ameaçar com medida cautelar e insinuava poder reverter a liquidação. O que ficou claro, segundo um dos integrantes da reunião, é que as informações disponíveis mostram que era o caso de liquidação, como disse a nota dos técnicos do TCU.

O ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga lembrou que o mandato do presidente do Fed foi sendo aperfeiçoado ao longo dos anos, e que isso levou à estabilidade.

- O Fed era tido como um pilar de credibilidade do país, com independência e autonomia elevadas. Parecia uma situação estável, com mecanismos de prestação de contas, transparência e, de repente, do nada, um país que poucas vezes mexeu na Constituição enfrenta essa situação. Isso faz parte de um mundo em que a ordem internacional foi para uma desordem. No Brasil, a pressão está agora diminuindo. A operação inicial de ataque ao Banco Central foi claramente uma tentativa de salvar o Banco Master - disse Armínio.

Nos Estados Unidos, o que irritou Trump foi o fato de que Jerome Powell - indicado para o cargo por ele mesmo - reiteradamente ignorou as pressões para baixar os juros. A taxa até caiu, 0,75 ponto percentual

e, desde setembro, está em 3,5% a 3,75%. Trump queria que fosse 1%. O espantoso foi a abertura de uma investigação criminal contra Powell decidida pelo Departamento de Justiça, alegando irregularidades na reforma do prédio do Federal Reserve. A resposta de Powell no vídeo postado nas redes do Fed foi dizer que o caso nada tem a ver com a reforma da sede. "A ameaça de acusações criminais é consequência de o Federal Reserve definir juros com base naquilo que consideramos melhor para o interesse público, em vez de seguir as preferências do presidente".

No Brasil, o que houve foi a consolidação de um recuo do TCU, que Vital do Rêgo apresentou na sua entrevista como sendo a aceitação do BC de que ocorra uma inspeção. Lá dentro usaram a palavra diligência e aceitaram que seja feita a fiscalização no que cabe ao TCU, e que o BC não abriria o sigilo bancário. Ficou claro que o TCU pode supervisionar os proce

Parece uma temporada de ataques a bancos centrais: o Fed na mira de Trump e o BC às voltas com o desenrolar do caso Banco Master

... administrativos, mas não é o supervisor bancário de segunda instância, ou seja, não é o órgão que supervisiona a supervisão bancária. O que todo esse caso revelou é a urgente necessidade de delimitar com mais clareza qual é o escopo da fiscalização do tribunal de contas.

Bancos centrais podem ser criticados e fiscalizados, mas quando a pressão sobre eles os fazem obedecer ordens políticas na gestão da política monetária, ou no seu papel de regulador e supervisor bancário, perdem credibilidade. O resultado será sempre queda do valor da moeda e aumento da **inflação**. A confiança no Banco Central é um bem público.

No Brasil, o caso do Banco Master é uma fratura exposta. Daniel Vorcaro fez no banco uma gestão temerária que terminou na prática de fraude para cobrir os rombos. Ele achava que, mantendo boas relações com o mundo político, construiria para si mesmo uma rede de proteção e terminaria impune. Foi esse plano que naufragou quando o BC decretou a liquidação.

Nos Estados Unidos, em breve o presidente Donald

Trump vai indicar o novo presidente do Federal Reserve que substituirá Powell, quando o mandato terminar em maio. Se ele escolher alguém que for seguir a política monetária ditada da Casa Branca, o Fed, que sempre foi um sólido banco central, perderá sua força. O que é arriscado para o próprio Trump.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Atacado puxa aceleração da 1 prévia do IGP-M no ano

Alessandra Saraiva

O minério de ferro mais caro impulsionou primeira prévia do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que acelerou de 0,15% para 0,28% de dezembro de 2025 para janeiro de 2026, segundo informou Fundação Getúlio Vargas (FGV), na segunda-feira (12). Para Andre Braz, economista da FGV, é preciso esperar para saber tendência do ano. A primeira prévia de janeiro do índice ainda se encontra muito contaminada com evolução de preços de 2025, explicou.

Ele lembrou que o período de coleta da primeira prévia, de janeiro de 2026, vai do dia 21 a 31 de dezembro do ano passado. Ou seja: a apuração de preços, usada para elaborar o índice, ainda se refere ao cenário de **inflação** observado ao término de 2025.

Segundo Braz, a primeira prévia já mostra "algum nível de aceleração entre os produtos industriais no atacado". O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M) responde por 60% do IGP-M e saiu de 0,15% para 0,30%. Somente a variação do preço do minério de ferro saltou de 1,93% para 4,47%, no período. Isso fez com que a **inflação** de produtos industriais mais que dobrasse, de 0,34% para 0,76%. "Boa parte desse salto de produtos industriais tem a ver com minério de ferro, que foi principal influência positiva da primeira prévia do IGP-M", complementou.

Outro aspecto que não ajudou a manter a primeira prévia do IGP-M de janeiro em baixa foi o comportamento de preços do varejo, 30% do indicador. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) saiu de 0,07% para 0,21%, da primeira prévia de dezembro para igual prévia em janeiro. Altas em passagem aérea (2,97%), aparelho telefônico celular (3,76%) e tomate (6,40%) impulsionaram o IPC-M no período.

Braz reiterou que o cenário de preços delineado pela primeira prévia de janeiro ainda conta com muitas influências do cenário de **inflação** ao término de 2025. Ele ponderou que alguns produtos em alta, como o minério de ferro no atacado, podem estabilizar elevação de preços, em 2026; ou podem desacelerar, à medida que dados novos de 2026 cheguem ao cômputo da FGV na elaboração dos Índices Gerais de Preços (IGPs).

Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M), 10% do IGP-M, desacelerou de 0,29% para 0,27%, da primeira prévia de dezembro para igual prévia em janeiro. Em 12 meses, o IGP-M acumula queda de 1,04% até primeira prévia de janeiro deste ano.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260113/>

Powell escancara luta pela independência do Fed (Editorial)

O já disruptivo segundo mandato de Donald Trump nos EUA atingiu um novo patamar na noite de domingo, quando o discreto Jerome Powell divulgou um vídeo com uma mensagem direta: a ameaça de acusações criminais contra o presidente do Federal Reserve (Fed) é uma consequência do fato de o banco central americano definir as taxas de juros com base na melhor avaliação para cumprir seu mandato de fomentar a estabilidade de preços e o pleno emprego sustentável, em vez de seguir as preferências do presidente. Trump já declarou diversas vezes que o Fed deveria reduzir o juro a 1%. A taxa dos Fed Funds está hoje na faixa de 3,5%-3,75%, menor nível em três anos.

A nova investida de Trump surpreende pelo fato de o mandato de Powell à frente do Fed terminar daqui a poucos meses, em maio. Especula-se que seja uma pressão do presidente para que Powell, que também é membro do board do Fed com mandato até início de 2028, antecipe sua aposentadoria, abrindo outra vaga para Trump preencher e consolidar o seu controle na autoridade monetária.

Porém, a investigação do Departamento de Justiça em relação a Powell e o custo da reforma da sede do Fed - sobre a qual Trump afirma que não tinha conhecimento - pode ter sido um tiro no pé. Pessoas próximas a Powell acreditavam que ele estava ansioso por uma vida pós-Fed quando seu mandato como presidente terminasse. Mas em sua mensagem de vídeo, Powell sugere estar disposto a brigar para garantir a independência do banco central. Além disso, a investigação criminal torna menos provável que o Fed reduza as taxas de juros novamente no curto prazo - a próxima reunião de política monetária está marcada para os dias 27 e 28 de janeiro -, pois um ataque tão flagrante à independência do banco central fornece um motivo real para que as expectativas de **inflação** - e consequentemente para os juros no longo prazo - se desestabilizem.

Powell recebeu imediatamente o apoio de todos os ex-presidentes do Fed ainda vivos, assim como de ex-secretários do Tesouro de administrações democratas e republicanas anteriores. Ex-membros do Fed, como Janet Yellen, Ben Bernanke e Alan Greenspan, assinaram uma declaração criticando o que descreveram como uma "tentativa sem precedentes de usar ataques da promotoria para minar a

independência [do Fed]". "É assim que a política monetária é feita em mercados emergentes com instituições frágeis, com consequências altamente negativas para a **inflação** e para o funcionamento de suas economias de forma mais ampla", diz a declaração. "Isso não tem lugar nos EUA, cuja maior força é o Estado de Direito, que está na base do nosso sucesso econômico."

A ameaça à independência do Fed também gerou reações imediatas no Congresso americano, incluindo de alguns republicanos, como o senador Thom Tillis, membro da influente Comissão de Bancos do Senado. Tillis ameaçou bloquear futuras nomeações para o Fed devido à investigação do Departamento de Justiça, acusando os assessores de Trump de "pressionarem ativamente para acabar com a independência do Fed".

Diante da queda no apoio interno - segundo o agregador de pesquisas da CNN a desaprovação de Trump seguia em 58% no início do ano -, Trump tem ampliado sua intervenção na economia, mirando não apenas o Fed, mas também as empresas americanas de forma alarmante.

Na última semana, Trump "ordenou" aos bancos limitar as taxas de juros dos cartões de crédito, ameaçou usar uma ordem executiva para impedir empresas de defesa de pagar dividendos aos seus acionistas ou recomprar ações até que acelerem a produção de equipamentos militares e, mais recentemente, busca obrigar as petrolíferas a extrair petróleo da Venezuela, que elas não querem por causa do custo elevado. Trump também afirmou que "instruiu seus representantes" - Fannie Mae e Freddie Mac, as duas agências federais - a comprar US\$ 200 bilhões em títulos hipotecários, sob a alegação que isso reduzirá o custo do financiamento imobiliário - embora as taxas imobiliárias em geral acompanhem a tendência dos juros dos Treasuries de longo prazo, em vez dos rendimentos dos títulos hipotecários.

Apesar de essas ações arbitrárias de Trump influírem no desempenho individual das ações, ou de um grupo delas, no geral, os mercados financeiros têm feito vista grossa à ameaça intervencionista do presidente. Após uma reação inicial em baixa, as bolsas americanas se recuperaram, com o índice S P 500 até mesmo renovando sua máxima histórica no fechamento, atingindo 6.977,27 pontos. Também o mercado de

bônus reverteu a maior parte das perdas iniciais, com o rendimento dos Treasuries de 10 anos encerrando apenas com uma leve alta, em 4,186%.

O ineditismo de ter um presidente com quase nenhum respeito à separação dos poderes e às regras da lei nos EUA pode estar nublando a avaliação dos agentes financeiros em Wall Street, que parecem ainda acreditar que a força das instituições americanas irá prevalecer sobre a vontade quase imperial de Trump.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260113/>

Demora do FGC em ressarcir os investidores de CDBs do Master causa perdas

JENNE ANDRADE E-INVESTIDOR

Quase dois meses após o Banco Master ter sido liquidado pelo Banco Central, os investidores que aplicaram em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) da instituição seguem sem nenhuma perspectiva de ressarcimento pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Além dessa demora, há também outro tipo de "prejuízo invisível" aos investidores que não pode ser ressarcido pelo FGC: o custo de oportunidade. Como o FGC só paga os rendimentos devidos até o momento da liquidação, eles deixam de ter a oportunidade de ver o dinheiro rendendo em outro ativo.

Quanto maior a demora no ressarcimento, maior será essa desvantagem. Quem investiu em CDB do Master com remuneração de 120% do CDI em janeiro do ano passado, por exemplo, teve um retorno bruto de 14,94% até 18 de novembro. De lá para cá, esse capital está parado, sem render juros ou ser atualizado pela inflação, e continuará assim parado até o ressarcimento, cuja data ainda é incerta.

"Custo da oportunidade é a perda da rentabilidade por não poder reinvestir esse dinheiro em ativos que vão render mais ao longo do tempo, como um Tesouro Selic, enquanto os investidores aguardam o pagamento pelo FGC", diz Carlos Castro, planejador financeiro CFP pela Planejar. "À medida que a inflação vai avançando, o dinheiro travado começa a perder também poder de compra." O FGC garante a devolução de até R\$ 250 mil investidos em CDBs em caso de liquidação de um banco, inclusive com a adição dos juros até a data da intervenção.

O processo de devolução dos valores, porém, só começa depois do envio da lista de credores pelo liquidante do banco ao fundo garantidor.

SEM PREVISÃO. Procurado pelo E-Investidor na última sexta-feira, o FGC informou que a lista de credores ainda não havia sido enviada pela instituição. "Aguardamos as informações do Banco Master, Banco Master de Investimento e Banco Letsbank, que estão sendo consolidadas pelo liquidante, com o apoio do FGC, para iniciar o pagamento da garantia aos credores tão logo quanto possível", afirmou o FGC. O liquidante Eduardo Felix Bianchini e o Banco Master não retornaram os contatos da reportagem.

A pressão para uma eventual "reversão da liquidação" do Master adiciona ainda mais incertezas.

A decisão do BC de liquidar a instituição presidida por Daniel Vercaro está sendo escrutinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que avaliam a atuação da autoridade monetária no caso.

Houve ainda as ações de influenciadores nas redes sociais contra o BC. Na prática, uma "desliquidação" faria com que a obrigação pelo pagamento dos CDBs voltasse à responsabilidade do Master, que enfrenta "grave crise de liquidez", segundo o BC.

"APURAÇÃO DE ATIVOS". "A liquidação é o regime administrativo que paralisa o funcionamento do banco e organiza a apuração de ativos, passivos e credores sob condução do liquidante e supervisão do BC", diz Fernando Moreira, advogado especialista em Direito empresarial e Direito do consumidor. "A eventual reversão da liquidação extrajudicial altera, para o titular de CDB do Master, a previsibilidade do fluxo de recebimento." Dentro do processo de ressarcimento de valores pelo FGC, a etapa mais demorada é, de fato, o envio da lista de credores pelo liquidante.

Ainda assim, o prazo de quase dois meses transcorrido até aqui já é o mais longo registrado pelo FGC nos últimos 11 anos. A liquidação do Master também deve ser um marco para o FGC em cifras, com o maior acionamento das garantias. I

**

PARA LEMBRAR

PF prendeu dono do Master e BC liquidou o banco

I Remuneração

O Master se tornou conhecido por oferecer Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com alta rentabilidade e a garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC)

I Ativos podres

Para remunerar os títulos, o banco investiu em ativos

de "alto risco", como precatórios e ações de empresas com problemas financeiros

I Banco estatal

Em março do ano passado, o BRB, banco estatal de Brasília, anunciou a compra de parte relevante do Master. A operação causou estranheza no mercado, que já via a instituição com problemas de liquidez

I Sem negócio

No começo de setembro, o BC vetou o negócio, por falta de comprovação de viabilidade financeira, e começou a acompanhar a situação da instituição mais de perto. Já havia, à época, a possibilidade de liquidação da instituição financeira pela autoridade monetária

I Banco liquidado

Na noite de 17 de novembro, Daniel Vorcaro foi preso. Segundo a PF, o banqueiro foi detido no aeroporto de Guarulhos quando tentava embarcar para Malta, em um jato particular.

Um dia antes, o Master havia anunciado a venda de seus ativos para um fundo dos Emirados Árabes. No dia seguinte à prisão, a instituição foi liquidada pelo BC. Vorcaro ficou 12 dias preso e foi solto após obter habeas corpus concedido pela desembargadora Solange Salgado da Silva, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.^a Região

I Judiciário

Em dezembro, Dias Toffoli, ministro do STF, determinou sigilo do caso, retirou o processo da 10.^a Vara Federal de Brasília e o levou ao Supremo a pedido da defesa de Vorcaro I Inspeção suspensa Também em dezembro, o Tribunal de Contas da União passou a apurar a operação e determinou inspeção no BC, que acabou suspensa por ora

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ex-Fed condenam ofensiva de Trump

Os três últimos presidentes do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) juntaram-se a outros ex-líderes de política econômica do governo federal para condenar a investigação criminal do governo do presidente Donald Trump contra o chefe do Fed, Jerome Powell. Eles compararam a investigação à interferência na independência dos bancos centrais feita em mercados emergentes e com "instituições frágeis".

"A investigação criminal contra o presidente do Federal Reserve, Jay Powell, é uma tentativa sem precedentes de usar ataques da promotoria para minar a independência do banco central", afirma um **comunicado** assinado pelos ex-presidentes do Federal Reserve Janet Yellen, Ben Bernanke e Alan Greenspan.

"É assim que a política monetária é feita em mercados emergentes com instituições frágeis, com consequências altamente negativas para a **inflação** e para o funcionamento de suas economias de forma mais ampla. Isso não tem lugar nos Estados Unidos, cuja maior força é o Estado de Direito, que está na base do nosso sucesso econômico."

Os três foram acompanhados por outros 10 ex-dirigentes de agências federais e órgãos de política econômica nomeados por presidentes republicanos e democratas nos EUA.

A manifestação veio depois que Powell divulgou uma declaração em vídeo no domingo, dizendo que o Departamento de Justiça (DoJ) do presidente Donald Trump havia aberto uma investigação criminal sobre comentários que ele fez ao Congresso a respeito das reformas em andamento no complexo da sede do Fed em Washington.

Vários parlamentares - incluindo alguns republicanos - também criticaram prontamente a campanha de pressão do governo contra Powell.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Polarização e dívida alta: o que Brasil e EUA têm em comum

Polarização no consumo, incertezas econômicas e cenário político global mais arisco com a gestão bélica de Donald Trump. O ambiente global do comércio varejista, de um ano para cá, não desatou muitos nós - o tarifaço de produtos nos Estados Unidos ainda é um fantasma para muitos países - e trouxe mais dor de cabeça para a mesa.

Em cerca de meia hora em sessão no domingo (11) na NRF Big Show, a maior feira do varejo no mundo, Ira Kalish, economistachefe global da Deloitte Touche Tohmatsu, tratou de fazer alertas sobre a situação atual do varejo global. Mesmo aspectos que parecem distantes têm impactos indiretos em consumo e venda.

"O consumo americano está altamente polarizado, seguindo o ambiente político", disse. Para ele, o aumento do endividamento das famílias nos países e o custo elevado do crédito têm restringido a capacidade de gasto das classes de renda intermediárias da população, diz. Ou seja, na classe média C. Isso vem criando um desequilíbrio estrutural no padrão de consumo.

"A expansão do consumo tem sido sustentada de maneira desproporcional pelas famílias de alta renda", disse. Esse tema também tem sido debatido no Brasil neste momento. Por conta do aumento das taxas de juros, em 15% ao ano, há uma geração de rendimento em aplicações financeiras para a classe média, e esse valor vem sendo mais gasto em consumo.

Para alguns, isso gera riquezas para todas as classes por consequência. Mas, para outros varejistas, isso amplia desigualdades.

Segundo o economista americano, nos EUA, a classe média tem sido beneficiada diretamente pela valorização das ações das empresas abertas, enquanto as classes média baixa e baixa enfrentam maior dificuldade financeira. Kalish identifica cenários, mas não traz orientações para as empresas.

Nessa mesma linha, o executivo analisou as tarifas impostas pelo governo do presidente Donald Trump. Para ele, o debate tem perdido força porque os países reagiram e os efeitos foram menores que o esperado.

Só que ele apresenta dados mostrando que a taxa média imposta pelos EUA é a mais alta em quase 100

anos. "A questão central com as tarifas é que elas geram custos mais altos para os fornecedores. Quase 50% do que importamos são bens intermediários, usados por fabricantes para produtos ao mercado interno ou para exportação. E, agora, essas empresas enfrentam custos muito mais altos", disse.

Kalish diz acreditar que as tarifas devem gerar um aumento gradual na **inflação**. E aumento de **inflação** nos EUA impacta Brasil, e o resto do mundo.

"Se tirarmos a fase da pandemia, estamos vendo agora alguns dos maiores aumentos nos preços de bens duráveis das últimas três décadas", afirmou.

O economista estima que, em 2027, os EUA passem de uma **inflação** que está na casa de 2,5% a 3% ao ano para uma taxa de **inflação** superior a 4% a, talvez 4,5%, até o final deste ano. Esse cenário tende a pressionar a taxa de juros nos EUA, o que afeta a condução da política monetária global.

"Se nós consideramos que os salários não estão acompanhando esse aumento de preços, isso será um golpe no poder de compra da população", disse ele durante a sessão, acompanhada pelo Valor.

Além da questão do ambiente de polarização nos EUA, e do aumento dos rendimentos via pagamento de juros altos, outro aspecto citado por ele tem semelhanças com o Brasil.

Segundo o economista, há preocupação latente com o declínio do poder de compra do consumidor nos EUA, e de como isso pode afetar os financiamentos.

No Brasil, o aumento do endividamento da população, somado com a elevação de gastos paralelos, como com os jogos virtuais ("bets"), além do aumento do uso do novo consignado, mais fácil de ser liberado, elevou a alavancagem das famílias.

De acordo com o Banco Central, o endividamento das famílias com os bancos atingiu 49,3% da renda acumulada nos doze meses até outubro - trata-se do maior valor desde novembro de 2022.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260113/>

STF agenda julgamentos tributários bilionários

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, pautou para os meses de fevereiro e março julgamentos que têm grande impacto para a União e empresas. Só três ações tributárias somam um risco fiscal estimado em R\$ 72,8 bilhões pela **Receita Federal**. A pauta dos dois meses também foi divulgada sem prever o julgamento da chamada "uberização" das relações trabalhistas, aguardado para este ano.

O caso com maior impacto sobre as contas públicas é o que discute se o ISS, imposto municipal, integra a base de cálculo do PIS/Cofins. O processo é um dos "filhotes" da chamada "tese do século", na qual a Corte decidiu, em 2017, que o ICMS não compõe a base dos **tributos** federais. O julgamento está previsto para 25 de fevereiro.

São R\$ 35,4 bilhões em disputa, no pior cenário estimado pela Receita. No momento há uma forte tendência a favor do contribuinte, como já mostrou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

O placar está em 4 a 4, mas o voto de desempate caberá ao ministro Luiz Fux, que já votou a favor das empresas no julgamento da "tese do século".

Fachin também pautou para 25 de fevereiro uma ação que discute se os valores de créditos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados devem ser excluídos da base do PIS/Cofins. O impacto é de R\$ 16,5 bilhões e o cenário atual também é contrário à União. No plenário virtual, já foi formada maioria a favor das empresas. O relator é o ministro André Mendonça.

Para o dia 4 de fevereiro, está prevista a conclusão do julgamento sobre o Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural), e para 18 de março, foi pautada ação que discute se imóveis rurais no Brasil podem ser adquiridos por empresas brasileiras que tenham participação majoritária de estrangeiros.

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

Ano marca o início de uma nova fase nos impostos

O presidente Lula sancionará hoje o PLP 108, que regulamenta a **Reforma Tributária**. 2026 será o ano-teste da nova regra, período em que as empresas começam a declarar **impostos** no novo modelo.

Ainda não haverá arrecadação, mas já serão exigidas adaptações cadastrais e documentais, além de monitoramento e possibilidade de multa.

Trata-se de uma etapa considerada fundamental para "azeitar" o sistema e garantir um funcionamento sem percalços a partir de 2027, quando começa a implementação efetiva da reforma, com a substituição de PIS e Cofins pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Sem dúvida, 2026 ficará marcado como o ano-teste da **Reforma Tributária**, mas não apenas por isso. Há diversas outras mudanças em curso, como o início da tributação sobre dividendos, a criação do imposto mínimo sobre a renda e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Além disso, a expectativa é de que volte ao debate a tributação das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA), bem como a definição da alíquota do imposto seletivo.

João Pedro Nobre, assessor do Ministério da Fazenda, explica que a previsão é que o conselho superior do Comitê Gestor do IBS, composto por 27 representantes de estados e 27 de municípios, seja apontado pelos entes até 15 dias após a sanção do PLP pelo presidente Lula. O regulamento - considerado a "bíblia" dos contribuintes - depende, em sua parte comum ao IBS e à CBS, da constituição definitiva do Comitê Gestor e, portanto, deve ser publicado ainda no primeiro trimestre.

No primeiro ato conjunto da **Receita Federal** e do Comitê Gestor do IBS, ficou definido que a obrigatoriedade da declaração no novo padrão terá início no primeiro dia útil do quarto mês de vigência do regulamento, o que deve ocorrer em maio ou junho.

"O principal objetivo desta fase da **Reforma Tributária** é a educação e a orientação dos contribuintes.

Também está lançada pela **Receita Federal** a versão beta do sistema que auxilia as empresas na adaptação ao novo modelo de tributação do consumo.

A partir do segundo semestre, quando se inicia o período de fiscalização, as empresas que deixarem de prestar as informações exigidas terão 60 dias para regularizar a situação e, somente caso não se regularizem, serão punidas com multa de 1% do imposto devido. Neste ano, a fiscalização terá caráter predominantemente educacional", destaca Nobre.

Para Thiago Spressão, sócio do Loria Advogados, à medida que as empresas compreendem o funcionamento da **Reforma Tributária**, percebem que o sistema tende a se tornar mais claro e mais simples.

"Tenho várias empresas que já estão utilizando o sistema da **Receita Federal**, e essa tem sido uma experiência positiva para ambos os lados.

Essa fase de transição é fundamental", afirma.

Especialista em direito tributário, o advogado Eduardo Natal, sócio do Natal Mansur Advogados, ressalta que as alterações tendem a modificar de forma significativa o cotidiano dos contribuintes, não apenas pela introdução de novos **tributos**, mas, sobretudo, pelo aumento relevante das obrigações acessórias, de controles e de declarações.

"Os impactos atingem empresas de todos os portes, contadores e também pessoas físicas, especialmente aquelas com rendimentos mais elevados ou atuação no mercado imobiliário.

Além disso, a reforma do consumo altera a própria lógica de estruturação de negócios, contratos, formação de preços e cadeias econômicas, ao introduzir uma sistemática de créditos típica de um imposto sobre valor agregado, mais próxima do modelo de IVA, ainda que não idêntica.

É importante destacar que o caráter de transição, ou "ano-teste", se aplica especificamente aos **tributos** sobre o consumo (IBS e CBS). Já as mudanças no Imposto de Renda entram em vigor de forma efetiva em 2026. No campo patrimonial, as alterações relativas a ITCMD e ITBI decorrem de normas gerais e dependem de regulamentação por estados e municípios", explica Natal.

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

CONFIRA

as principais mudanças na tributação e o que ainda está em debate

Aliquotas do ano-teste:

CBS (tributo federal): **0,9%**

IBS (tributo estadual e municipal): **0,1%**

Aliquota total: **1%**

Dispensa de recolhimento no ano teste do consumo

Em regra, não haverá recolhimento efetivo da CBS e do IBS em 2026 para os contribuintes que cumprirem corretamente as obrigações acessórias previstas na legislação.

Obrigações acessórias e sistemas

● O principal impacto de 2026, no âmbito do consumo, será operacional: adaptação de ERPs, cadastros fiscais, classificação de bens e serviços, escrituração e emissão de documentos fiscais eletrônicos.

Governança dos novos tributos sobre o consumo

● A CBS será administrada pela Receita Federal do Brasil

O IBS será administrado pelo Comitê Gestor do IBS, com participação de estados e municípios, conforme lei complementar derivada do PLP 108/2024.

Estrutura de regimes do IBS e da CBS

● A legislação do consumo organiza a tributação em duas categorias jurídicas centrais:

Regime geral, aplicável à maior parte das atividades econômicas

Regimes específicos, voltados a setores cuja dinâmica econômica não se ajusta ao modelo clássico do IVA, como combustíveis, serviços financeiros, planos de saúde, cooperativas, apostas e determinadas operações imobiliárias

Dentro do regime geral, a lei também prevê tratamentos diferenciados de alíquota para determinadas atividades e bens.

Serviços profissionais e serviços de saúde

● Escritórios de advocacia, clínicas médicas e consultórios permanecem no regime geral do IBS e da CBS, com alíquotas diferenciadas, conforme previsão legal. Não se enquadram em regimes específicos.

Nova obrigação acessória: DeRE

● Para contribuintes enquadrados em regimes específicos, será exigida a DeRE (Declaração Eletrônica de Regimes Específicos), concentrando informações e apurações que antes estavam dispersas.

Pessoas físicas como contribuintes do IBS e da CBS. A legislação prevê hipóteses em que pessoas físicas passam a ser contribuintes do IBS e da CBS, especialmente em operações com imóveis, como locação, cessão onerosa ou arrendamento, quando:

houver mais de três imóveis distintos,

e a receita anual superar R\$ 240 mil.

Em 2026, aplica-se a lógica de ano teste, mas já com exigência de adequação cadastral e documental.

Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB)

● Criação do Cadastro Imobiliário Brasileiro, cadastro nacional integrado ao sistema fiscal, que amplia a rastreabilidade das operações imobiliárias, dos rendimentos de aluguel e das transmissões patrimoniais.

Declarações eletrônicas para operações sem nota fiscal

● Além da nota fiscal eletrônica unificada para bens e serviços, operações que antes eram formalizadas apenas por recibos passam a exigir declarações eletrônicas específicas, reforçando o controle fiscal.

Reforma do Imposto de Renda: aplicação efetiva em 2026

● Diferentemente da reforma do consumo, as alterações no Imposto de Renda entram em vigor de forma plena em 2026.

Ampliação da isenção do IRPF

● Ficam isentos do Imposto de Renda os contribuintes com rendimentos mensais de até R\$ 5.000.

Tributação de dividendos na fonte

Instituição de retenção de 10% de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos pagos a pessoas físicas quando o valor mensal ultrapassar R\$ 50 mil, por fonte pagadora.

Tributação mínima das altas rendas

● Criação do Imposto de Renda mínimo para pessoas físicas com renda anual global superior a R\$ 600 mil, com alíquotas progressivas que podem chegar a 10% para rendas anuais a partir de R\$ 1,2 milhão.

Mecanismo de ajuste anual

● O imposto pago ao longo do ano será comparado com o imposto mínimo devido. Caso o valor recolhido seja inferior ao piso, o contribuinte deverá complementar a diferença no ajuste anual.

Rendimentos excluídos da base do imposto mínimo. Permanecem fora da base de cálculo, entre outros:

LCI, LCA, CRI e CRA doações e heranças ganho de capital na venda de imóveis

ITCMD: normas gerais e dependência de regulamentação estadual

A lei complementar oriunda do PLP 108/2024 consolida o valor de mercado como base de cálculo do ITCMD e autoriza expressamente a progressividade de alíquotas, com aplicação condicionada à regulamentação pelos estados.

ITBI: impactos condicionados à legislação municipal

● No ITBI, a norma geral reforça o uso do valor de mercado e a adoção de critérios mais objetivos e simplificados para definição da base de cálculo, dependendo de regulamentação específica por cada município.

ATENÇÃO: As alterações relativas a ITCMD e ITBI decorrem de normas gerais e só produzem efeitos concretos após regulamentação por estados e municípios, o que pode gerar diferenças regionais, impactos distintos no mercado imobiliário e debates jurídicos relevantes.

Corte dos benefícios fiscais

● No fim de 2025 foi aprovada a Lei Complementar 224/2025 que reduz de forma linear - em 10% - os benefícios.